

2 DEZ 1987

Agora, Sarney ameaça renunciar ao mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney poderá renunciar se a Constituição promulgada pela Constituinte não for de seu agrado. "Neste caso, passamos o abacaxi para outro político com ambições presidenciais", disse ontem ao Estado e JT uma fonte do Palácio do Planalto que, no entanto, defende a idéia de que a Constituinte não tem poderes para alterar o mandato de Sarney. Garante que, "se a Constituição for boa, vamos impedir que seja lançada campanha eleitoral, para ser possível a elaboração da legislação ordinária".

A esperança de que o texto da nova Constituição seja bom se fundamenta em comunicado feito ontem à tarde pelo líder do governo, Carlos Sant'Anna, ao Palácio do Planalto: foi feito o acordo com o Centrão, para alterar o regimento interno da Constituinte, e os capítulos serão votados um a um para rejeição ou aprovação por 280 votos. Sant'Anna disse a um assessor de Sarney que, no acordo, houve uma pequena vitória da esquerda, que espera que o Centrão não consiga manter o quórum necessário na votação de todos os capítulos, o que seria mais fácil se a apreciação dos sete títulos do projeto da Sistematização fosse feita em bloco.

Segundo a fonte do Palácio do Planalto, o Centrão, composto por parlamentares de diferentes partidos, concorda, por enquanto, que o

projeto da Sistematização não é bom e que o regimento da Constituinte precisa ser mudado. As pesquisas, no entanto, indicam que eles deverão votar unidos em praticamente todos os temas, à exceção do sistema de governo — porque muitos dos que compõem o Centrão são parlamentares e da reforma tributária — existem muitos parlamentares interessados em favorecer o Nordeste. "Parece, também, que não passa com a aprovação da maioria a idéia de eleições diretas gerais depois da promulgação da nova Constituição", disse a fonte.



Saulo Ramos

10/287

O Centrão tem 20 coordenadores, que são responsáveis por grupos de parlamentares, por região. Articulados com os presidentes de federações de indústrias dos estados, eles são os responsáveis pela garantia da presença dos constituintes no plenário, no momento das votações.

"INDIGÊNCIA"

"De tanto colocarem na Constituição matérias de lei ordinária, vão acabar fazendo uma Constituição ordinária", desabafou ontem o consultor-geral da República, Saulo Ramos. "Nossa esperança é que a maioria do plenário corrija isso."

Saulo encerrou ontem a sua análise, artigo por artigo, do projeto da Comissão de Sistematização, e definiu a redação do projeto, em alguns pontos importantes, como "mais que pobre: indigente". Em entrevista ao Estado e Jornal da Tarde, Saulo Ramos apontou alguns temas tratados de forma insatisfatória. Para começar, "é fraquíssima a redação do preâmbulo, que inclui o perigoso conceito de democracia direta em vez de democracia representativa". Saulo explica que democracia direta era aquela que existia na Grécia e é ainda adotada em alguns cantões da Suíça com menos de 500 habitantes, que se reúnem em praça pública para resolver os problemas locais. No Brasil, diz, a democracia deve ser escolhida através da escolha de representantes, "ou corremos o risco de o povo fazer justiça com as próprias mãos".

O presidente, em busca do tempo perdido

BELO HORIZONTE
AGÊNCIA ESTADO

O presidente Sarney vai, a partir de agora, administrar o País com "muito trabalho", recuperando o "tempo perdido", sem que seja impedido por "coligações ou forças políticas" mais interessadas em "ambições pessoais e em cuidar mais dos seus apetites do que com o bem do Brasil". Estas observações foram feitas ontem pelo ministro das comunicações, Antônio Carlos Magalhães, em Belo Horizonte, após reunião com o governador Newton Cardoso.

Segundo o ministro, ao longo do seu governo, o presidente Sarney foi "atrapalhado" por forças políticas divididas entre o interesse por uma reforma ministerial que atendessem seus anseios e a reivindicação do direito de indicar os nomes para o Ministério, que é uma "prerrogativa do presidente". Ele garantiu que estas facções não têm mais lugar na política do País, porque "o povo quer trabalho, quer autoridade, que os governos decidam em seu favor. E é isso que nós também queremos", garantiu.

Antônio Carlos Magalhães afirmou que "na medida em que os 'ambiciosos' perderem a animação em relação às suas ambições, haverá mudança positiva no cenário político nacional. No plano da Assembléia Nacional Constituinte, admitiu inclusive a possibilidade de restauração do esquema de sustentação política de Sarney para que o presidente possa ficar mais dois anos no governo. Informou que a tese das eleições em 1989 tem muitos adeptos e "na medida em que eles queiram trabalhar nós vamos conseguir, por ser o melhor para o País".